

HABEAS CORPUS Nº 493.499 - SP (2019/0043015-5)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : LEANDRO DA SILVEIRA ABDALLA E OUTROS
ADVOGADOS : ALEXANDRE VIEIRA DE QUEIROZ - DF018976
LEANDRO DA SILVEIRA ABDALLA - SP228667
THAÍS DE OLIVEIRA BARBOSA ABDALLA - SP224059
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAEL FERNANDES MARTINIANO GUILLEN

DECISÃO

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, onde a pretensão trazida, referente a ocorrência de nulidade do laudo definitivo, de redimensionamento da pena-base, de aplicação de minorante e de ilegalidade na fixação do regime fechado para início de cumprimento de pena, são de caráter eminentemente satisfativo, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ademais, no procedimento do *habeas corpus* não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade, a autoria delitiva ou a possibilidade de desclassificação da conduta. As alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator